



ORDEM MILITAR DA TORRE E ESPADA

200 Anos da sua criação e o Comandante Rebordão de Brito

“A Ordem de Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito ostentada ao peito dos cidadãos portugueses, significa o que de melhor e mais arrojado foi feito na defesa dos valores, dos interesses e das causas de Portugal.”

General Joaquim Chito Rodrigues¹



Insígnia da Ordem (Modelo 1808) do Almirante Manuel da Cunha Sotto-Mayor (Colecção do Museu da Marinha)

“Tinha chegado há três dias [à Guiné] e fui destacado para uma missão, embarcado numa LDM (Lancha de Desembarque Média), no Rio Mansoa. A operação era comandada pelo segundo-tenente Rebordão de Brito, o homem quase sempre escolhido para as missões mais difíceis a cargo dos Fuzileiros.”

António Lourenço²



O ano de 2008 é propício a efemérides e a comemorações. Para além do tetra-centenário do nascimento do Padre António Vieira, do duplo centenário da transferência da Casa Real para o Rio de Janeiro, e do

centenário do assassinato do Rei D. Carlos e do seu primogénito Príncipe Real D. Luís Filipe, também se assinala o duplo centenário da criação da *Ordem da Torre e Espada*.

De facto, a 13 de Maio de 1808, D. João, Regente de Portugal e dos Algarves, etc., querendo assinalar a sua chegada ao Brasil, e distinguir os súbditos britânicos que embarcados tinham escoltado a Corte na sua viagem, e não podendo recorrer às católicas ordens de cavalaria existentes - *Cristo, Avis e Santiago da Espada* - vê-se na contingência de instituir uma nova ordem sem conotação religiosa. Nascia, assim, aquela que é hoje a mais distinta das ordens honoríficas³.

Em Carta de Lei de 29 de Novembro de 1808, D. João definia desta forma quem poderia ser nomeado *Grã-Cruz da Ordem*, ou seja, quais os serviços a distinguir com a *Ordem*: *“aquelles dos meus vassallos que mais se tiverem avantajado no meu real serviço por acções de alta valia na carreira militar, tanto no meu Exército de terra, como de mar e na vida politica e civil, ficando reservado ao meu real arbítrio o avaliar a qualidade de serviços que merecem esta honrosa recompensa.”*

A *Ordem* foi sofrendo evoluções ao longo dos tempos, e logo em 28 de Julho de 1832, D. Pedro, Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, fazendo

jus às ideias liberais do seu fundador, restabelece-a⁴ como *Ordem de Mérito* tendo por fim distinguir *“assignalado feito de armas, ou de coragem ou de devoção cívica, relevante e determinado serviço em qualquer carreira ou profissão pública, mas principalmente na Militar são o único título, pelo qual se obtém esta distincção.”*

A *Ordem* sofreu durante a sua existência outras alterações, nomeadamente com a implantação da República, mas sem que afectassem a sua essência.

Hoje em dia, segundo a Lei Orgânica das *Ordens*

*Honoríficas Portuguesas*⁵, a *Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito*, cujo Grão-Mestre é o Presidente da República, visa galardoar:

- “Méritos excepcionalmente relevantes demonstrados no exercício das funções dos cargos supremos que exprimem a actividade dos órgãos de soberania ou no comando de tropas em campanha”;
- “Feitos de heroísmo militar e cívico”;
- “Actos excepcionais de abnegação e sacrifício pela Pátria e pela Humanidade”.



Insígnia de Cavaleiro da Ordem (Modelo de 1917)

¹ Na intervenção do Presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes por ocasião das Comemorações dos 200 Anos da *Ordem da Torre e Espada* – Lisboa, 13 de Maio de 2008.

² Antigo Combatente na Guiné. Testemunho publicado no diário Correio da Manhã a 11 de Maio de 2008

³ No decreto da fundação da *Ordem* refere-se a sua origem mítica na *Ordem da Espada* que teria sido criada em 1459, por D. Afonso V e que teria permanecido «dormant».



COMANDANTE ALBERTO REBORDÃO DE BRITO⁶



Alberto Rebordão Brito - Aluno do Instituto dos Pupilos do Exército

De todos que passaram pelos vastos claustros de S. Domingos, houve um que mereceu ser distinguido com esta Ordem. Trata-se de Alberto Rebordão de Brito, Capitão-de-mar-e-guerra Fuzileiro Especial, que por alvará de 24 de Maio de 1972, viu ser-lhe atribuído o grau de Oficial.

Convidamos, pois, os leitores do Boletim APE a lançar um olhar sobre a sua vida, a sua carreira profissional na Armada, e os seus feitos de armas.

Alberto Rebordão de Brito nasceu em S. Vicente (Cabo Verde) a 6 de Fevereiro de 1942, e com 4 meses de idade vem para Portugal. Em 1946, com 4 anos, a tragédia bate à porta da família e Joaquim José de Brito, pai de Alberto, morre. Inicia os seus estudos na Voz do Operário. É admitido à frequência do Instituto dos Pupilos do Exército a 1 de Outubro de 1953 com o nº 191⁷. A 6 de Junho de 1959 é abatido ao efectivo do IPE, tendo aí concluído o Curso Geral do Comércio. Continua os seus estudos na área económico-financeira na Faculdade de Economia de Lisboa (à Rua do Quelhas).

Foi incorporado na Armada a 24 de Julho de 1962 como cadete de Administração Naval da Reserva Marítima, concluindo na Escola Naval o respectivo Curso de Formação de Oficiais da Reserva Marítima⁸.

Entretanto, a 18 de Julho de 1963, termina na Escola Náutica o Curso de Comissariado, que lhe abre

as portas para um período de três anos na Marinha Mercante, fazendo 3 voltas ao mundo e, entre outros serviços, faz o transporte de tropas para as províncias ultramarinas, (designação da época).

Em 1967, regressa à Marinha de Guerra Portuguesa, a convite do Almirante Reboredo para integrar o novo quadro de Fuzileiros Especiais. Por esta altura passa-se um episódio muito revelador da verticalidade de princípios e de perseverança de Rebordão de Brito. Finalizado o Curso de Fuzileiros Especiais, em primeiro lugar, cabia-lhe escolher em qual das províncias ultramarinas pretendia prestar serviço. Opta por Moçambique. Porém, para seu espanto, é nomeado para a Guiné, enquanto outro colega de curso pior classificado, mas eventualmente melhor relacionado, é nomeado para Moçambique. Rebordão de Brito não podia aceitar esta nomeação e recorre hierarquicamente. É-lhe naturalmente reconhecida a razão, e perante essa decisão superior voluntaria-se..... mas para a Guiné. Rebordão de Brito estava disposto a escrever o seu próprio destino, assente num Crer inquebrantável na Justiça e num Querer tão próprio de “pilões”.

É assim que a 4 de Outubro de 1967, ainda Aspirante, pois só seria promovido a Subtenente a 28 de Outubro, é colocado no Destacamento nº. 12 de Fuzileiros Especiais, na Guiné. Começa assim uma longa permanência nesta província ultramarina, que se prolongaria até 1974, durante a qual participou em inúmeras missões, tendo desempenhado as funções de 3º Oficial do Destacamento n.º12 de Fuzileiros Especiais (1967/1969), Adjunto do Chefe do Centro de Operações Especiais do Comando da Defesa Marítima da Guiné (1970/1971), Comandante do Destacamento n.º 22 de Fuzileiros Especiais (1971/1972) e Comandante do Centro de Preparação de Fuzileiros Africanos (1972/1974).

⁴ Este Alvará invoca como principal razão da necessidade de renovação da Ordem, o facto do “fatal governo de usurpação” de seu irmão D. Miguel ter acabado por “prostituir quanto havia de mais nobre e honroso no Paiz, as antigas Ordens Militares, moeda de honra, com que nos tempos heroicos da Monarchia se pagavam os maiores serviços”.

⁵ Lei anexa ao Decreto-lei nº. 414-A/86, de 15 de Dezembro.

⁶ É devido um agradecimento amigo pela colaboração à família do Com. Alberto Rebordão de Brito, nomeadamente à D. Maria da Conceição Rebordão de Brito, ao Maj Rui Rebordão de Brito e ao Sr. Ricardo Rebordão de Brito. São também credores de um agradecimento amigo os Pilões TCor Pedroso da Silva (19570414), o Com. Moreira da Silva (19800196) e o Com. Aires de Castro (19810018). Registo Cronológico, Alunos Admitidos em 1953, Boletim da APE n.º 156, Junho/Julho 1995.

Processo Individual 126262 CMG FZE (DFA) Alberto Rebordão de Brito da Direcção do Serviço de Pessoal/Repartição de Reservas e Reformados



Alberto Rebordão de Brito - Momento de distração (Comissário da Marinha Mercante)

Para percebermos melhor a sua extraordinária acção operacional na Guiné, analisemos algumas passagens dos riquíssimos louvores que recebeu:

“Transcreve-se o louvor dado em 22-1-1968, pelo Comandante da Defesa Marítima da Guiné, [...] e mandado transcrever na Ordem da Armada 2ª Série, por despacho de 12-2-1968 do VALM Chefe de Estado Maior da Armada: Porque tiveram acção destacada e notória nos difíceis e esforçados trabalhos de salvamento da LDM302, afundada junto de Bigine, no rio Cacheu, em consequência de um ataque inimigo, louvo individualmente: [...] o Subtenente Alberto Rebordão de Brito [...] o qual pelo esforço desenvolvido, com entusiasmo, elevado sentido do dever, espírito de sacrifício e vontade inquebrantável muito contribuíram [sic] para o bom resultado da operação e podem ser apontados como exemplo de dedicação à Marinha.”

Temos portanto um louvor publicado em Ordem da Armada quase 4 meses após a sua chegada à Guiné. Mas, o ano de 1968 ainda lhe traria mais um louvor colectivo e um louvor individual publicado em Ordem da Armada:

“Transcreve-se o louvor dado em 15-7-968, pelo Comandante da Defesa Marítima da Guiné [...] e publicado em Ordem da Armada por despacho de 21-7-968 do VALM Chefe de Estado Maior da Armada: Louvo individualmente o Subtenente R. M. Alberto Rebordão de Brito do D. F. E.

n.º 12, pela maneira como actuou no dia 6-7-968, quando, em missão de patrulha e fiscalização no rio de Catora, desembarcaram de bote a cerca de 500 metros a Sul da estrada Có-Pelundo e surpreenderam o inimigo, superior em número, desbaratando-o, provocando-lhe três mortos, dois feridos e apreendendo uma espingarda automática, uma pistola-metralhadora e outro material. É particularmente grato a este Comando realçar a corajosa determinação, a agressividade de integração nos princípios de táctica contra-guerriha que caracterizaram a sua acção que bem pode ser apontada como exemplo e demonstração prática da doutrina expandida. De pôr em destaque, ainda, a eficiência e disciplina de fogo que o consumo de exactamente 24 cartuchos traduz em face dos resultados obtidos”.

Em 1969, teria um outro longo louvor, também publicado em Ordem da Armada, por despacho de 19 de Dezembro de 1969 pelo VALM Chefe de Estado Maior da Armada, e que enaltece as características de combatente do já 2.º Tenente Rebordão de Brito, fazendo uma súmula da sua actividade operacional nos seguintes termos:

“[...] louvo o 2.º Tenente ANRM Alberto Rebordão de Brito, do Destacamento n.º 12 de FZE, por, ao longo da sua comissão de serviço, já com 20 meses, ter demonstrado possuir, no mais alto grau, excepcionais qualidades de coragem, decisão, desembaraço, sangue-frio, serena energia debaixo de fogo, determinação, agressividade e total desprezo pelo perigo, a par de uma notável aptidão para conduzir homens, qualidades que o impõem como um chefe que os subordinados respeitam e admiram seguindo-o em todas as circunstâncias e sem reticências.

No campo operacional, quer no comando de todo o Destacamento, quer no comando do seu grupo de assalto, revelou-se possuidor de elevados conhecimentos de ordem táctica, procurando sempre novas soluções, fugindo a rotinas, manobrando sempre de forma a conseguir o contacto com o inimigo e contribuindo, em larga escala, para muitos êxitos da sua Unidade.



2.º Tenente
Alberto Rebordão de Brito
(Fotografia cedida pela
Biblioteca Central da Marinha
- Arquivo Histórico)

Durante a Operação GIENAH III, seguia o 2.º Ten Brito na vanguarda da coluna, quando esta foi fortemente emboscada, em terreno descoberto, por um numeroso grupo IN que, abrigado na orla da mata, logo no início da acção provocou um morto e 6 feridos ao destacamento.

Perante a situação extremamente difícil que se seguiu, com todo o pessoal

em terreno descoberto batido pelo fogo IN, o referido Oficial, revelando extraordinário arrojo, sangue-frio e elevado senso táctico, imediatamente se lançou, apenas acompanhado de 3 praças, num envolvimento galvanizando todo o pessoal com o seu exemplo que teve um efeito preponderante na debandada do grupo IN, o qual sofreu baixas e a captura dum LGF RPG-2 e outro material. [...]

Durante uma acção de intervenção em Canjaja Mandinga, quando a sua Unidade se encontrava sob o Comando Operacional do COP-3, seguindo este oficial à testa da coluna, conduziu muitíssimo bem a progressão, conseguindo chegar até poucos metros de um acampamento IN bem dissimulado numa mata densa que obrigava a que o ataque inicial tivesse de ser feito apenas por dois ou três homens. Entrando no objectivo à frente dos seus homens, colheu o inimigo de surpresa e apesar da forte reacção, lançou-se a peito descoberto, demonstrando completo desprezo pela vida. A sua acção foi decisiva para os resultados obtidos (6 IN's mortos, armados e confirmados, 8 armas e mais material de guerra apreendido).

Durante uma acção de intervenção no IADOR, ainda sob o Comando Operacional do COP-3, seguia o 2º Ten Brito na vanguarda do seu grupo de assalto quando este foi atacado por um grupo IN armado de LGF, M/L, ARM/LIG; carregou resolutamente sobre o inimigo galvanizando o pessoal, tendo este oficial abatido um IN armado de ML/DEGTYAREV, que capturou, e iniciada imediatamente a perseguição do grupo IN, conseguindo novo contacto 10 minutos depois, sofrendo o grupo IN mais um morto e a apreensão de 1 P/M FPSH. Ainda nesta acção uma praça accionou uma mina A/P ficando gravemente ferida. O 2º Ten Brito que seguia ime-

diatamente à frente ficou ferido com vários estilhaços apesar de que ainda procedeu ao transporte do ferido mais grave."

O extenso louvor prosseguia.

"[...] sendo de salientar a sua acção na operação AQUILES – Fase IV onde seguindo na vanguarda de um grupo de 25 homens que comandava, bastante longe de qualquer outra força amiga, demonstrou grande determinação procurando afincadamente contacto com o IN, tendo acção preponderante nos resultados obtidos (2 IN's armados mortos, 1 IN armado ferido e capturado e 4 armas apreendidas). [...] durante uma acção de protecção à desmatação da estrada Buba-Aldeia Formosa, foi o seu grupo de assalto flagelado com Mort. 82, sendo o 2º Ten Brito ferido com um estilhaço numa perna. Nesta acção o seu grupo de assalto sofreu ainda dois feridos graves e um ligeiro.

Imbuído de alta e heróica compreensão da grandeza do dever militar, devido às suas qualidades inatas de comandante e de chefe foi ele a base em que se alicerçou o poder ofensivo da sua Unidade. Na sua acção sobressai sempre, a par das qualidades já referidas, uma total entrega ao espírito de missão, que o acreditam como um militar de excepcional valor que prestigia a sua Unidade, a Armada e as Forças Armadas Portuguesas.

A sua actuação no Destacamento n.º12 de FZE tem sido das mais destacadas e brilhantes, sobressaindo sempre a sua extraordinária coragem e grandes conhecimentos e experiência de táctica da guerra subversiva, sempre utilizado com elevado espírito de abnegação a par de calma reflexão e forte determinação, mesmo nos momentos de maior perigo e nos locais de maior risco."

Estes extraordinários louvores, que põem em evidências as mais altas virtudes militares de Rebordão de Brito, iriam conduzir à atribuição da Medalha de Valor Militar, grau Prata com Palma, a mais alta condecoração militar atribuída sempre por acções em que haja risco da própria vida (por Portaria de 5 de Fevereiro de 1970).

Em 1971, a 23 de Abril, Rebordão de Brito vê ser-lhe atribuído mais um louvor:

"Por portaria desta data, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, louvar este Oficial, por proposta do Comandante Chefe das Forças Armadas da Guiné,

pela forma notável como comandou um reduzido grupo que realizou um golpe de mão contra uma forte posição inimiga, revelando em toda a acção excepcionais qualidades de coragem, sangue-frio e serena energia debaixo de fogo.

Tendo realizado a aproximação ao objectivo de forma cautelosa e tecnicamente perfeita, desencadeou um assalto fulminante sobre o adversário, muito superior em número, que, passados os primeiros momentos de surpresa, reagiu pelo fogo de armas ligeiras, granadas de mão e metralhadora pesada. Devido à forma determinada e enérgica como conduziu o ataque, em evidente risco de vida, e à acção agressiva como combatente, o segundo-tenente Rebordão de Brito conseguiu neutralizar completamente o inimigo, causando-lhe cerca de duas dezenas de baixas e muito graves prejuízos materiais, dando integral cumprimento à missão que lhe havia sido imposta.

O segundo-tenente Rebordão de Brito confirmando as reais qualidades de combatente, que lhe estão na base da condecoração de valor militar, que ostenta no seu peito, deve ser apontado como oficial de "elite", que honra a Armada Portuguesa, ganhando jus ao agradecimento da Pátria pelos altos serviços que prestou, em campanha, no teatro de operações da Guiné."

Este louvor iria colocar no seu peito egrégio mais uma alta condecoração: a Medalha de Cruz de Guerra de 1ª Classe (por Portaria de 23 de Abril de 1971).

Mas este louvor difere muito dos anteriores. Os primeiros que estivemos a revelar indicavam o nome da operação, a sua localização geográfica, a natureza detalhada do material apreendido, o número preciso de inimigos abatidos ou capturados e detalhes tácticos. Este último nada refere. Não se capturaram combatentes inimigos, não se apreendeu material, não se detalharam os "muito graves prejuízos materiais" infligidos. Porquê?

Na minha opinião, isto deve-se a que o Governo de Portugal não podia louvar explicitamente um combatente por participar numa invasão de um país vizinho. Estou a falar da Operação Mar Verde, também conhecida como a Invasão da Guiné-Conakri, liderada pelo Comandante Alpoim Calvão.

Veja-se o relatório da missão atribuída ao Grupo Victor (Operação Mar Verde) elaborado por Rebordão de Brito⁹:



1.º Tenente Alberto Rebordão de Brito recebe a Ordem da Torre e Espada das mãos do Presidente da República Alm. Américo Tomás.

"Após ordem de CTG.2, largaram do NRP Orion em 22.01.20 três botes de borracha que em velocidade reduzida se dirigiram ao dique La Prudence. Daqui, aguardando ordem do CTG.2 para atacar, se fez a observação detalhada do porto. Em 22.01.40, recebida ordem para desencadear o ataque, lançaram-se os botes à máxima velocidade ao assalto dos navios inimigos. Eram estes em número de oito, dos quais sete vedetas rápidas e uma lancha de desembarque. De acordo com as informações do guia, três vedetas e a lancha de desembarque pertenciam ao PAIGC e os restantes à RDG. Praticada que foi a abordagem, eliminou-se imediatamente a sentinela do primeiro navio (pertencente ao PAIGC), procedendo-se em seguida à destruição deste bem como das restantes embarcações. O inimigo, embora apanhado de surpresa, reagiu de bordo com armas de fogo ligeiras e granadas de mão, e de terra com uma metralhadora pesada que batia os navios e a ponte-cais. [...] Resultados. Positivos: abatidos

⁹ ANTUNES, José Freire, *A GUERRA DE ÁFRICA 1961-1974*, Volume 1, Temas e Debates, 1996.

cerca de 15 a 20 inimigos, afundadas três vedetas e incendiadas quatro. Negativos: um ferido muito ligeiro.”

O louvor e o relatório são coincidentes, pelo que considero não haver dúvidas sobre a operação a cujos resultados o louvor se refere. Mas, para ficarmos bem cientes daquilo que Rebordão de Brito punha de si no desempenho das suas missões, é indispensável lermos o que nos descreve o Comandante Saturnino Monteiro¹⁰.

“Postos na água os botes de borracha, a equipa embarcou neles no mais absoluto silêncio e, pela meia-noite e quarenta e cinco, deixou a Orion e dirigiu-se para o quebra-mar. Acompanhado por alguns dos seus homens, Rebordão de Brito escallou-o e, com o auxílio do binóculo, procurou localizar as vedetas. Porém, na doca do cais bananeiro, onde pensava encontrá-las, apenas conseguiu divisar aquilo que lhe pareceu ser ... uma fragata! Mas nem por isso se desconcertou, limitando-se a dizer para os seus companheiros: - Afinal, parece que temos de nos haver com uma fragata! Se calhar vamos lá ficar todos! Mas eles também não hão-de sair dali!

E voltou para os botes firmemente disposto a tomar a fragata à abordagem!

Contornando pelo sul o quebra-mar, a equipa VICTOR dirigiu-se para a doca do cais bananeiro. Penetrando nela, pôde então o tenente Rebordão de Brito constatar com alívio que afinal aquilo que supusera ser uma fragata não era mais que o conjunto formado pelas quatro vedetas «P6» do PAIGC amarradas de braço dado umas às outras e tendo atrás de si uma barça de desembarque. Do outro lado do pontão a que se encontravam atracadas estavam as três «Komar» da República da Guiné-Conakri, também amarradas de braço dado umas às outras.”

Rebordão de Brito continuaria a receber louvores pelo seu desempenho, e por Alvará de 24 de Maio de 1972 é agraciado pelo Presidente da República Almi-

rante Américo Tomás com o grau de **Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito**¹¹, com os seguintes fundamentos:

“Considerando que na prática de feitos em combate em duas comissões na província da Guiné revelou coragem constante em presença do inimigo, alto espírito de sacrifício, decisão, alheamento consciente do perigo, prestígio pessoal sobre as tropas comandadas ou entre os seus camaradas e superiores, virtudes militares estas que o impõem como alto valor moral da Nação.”



Capitão de Mar e Guerra Alberto Rebordão de Brito

centenas de combatentes, entre os quais salientamos Almeida Bruno, Manuel Monge, Otelo Saraiva de Carvalho, Matos Gomes, Ramalho Eanes, Hugo dos Santos e Vasco Lourenço. O telegrama dizia assim:

“Cerca de quatro centenas de militares dos quadros permanentes e combatentes do Ultramar, com várias comissões de serviço, certos que interpretam o sentir de outros camaradas que, por motivo de circunstâncias múltiplas, ignoram verdadeiramente o Congresso, desejam informar V. Ex.ªs e esclarecer a Nação do seguinte:

1. Não aceitam outros valores nem defendem outros interesses que não sejam os da Nação:

¹⁰ MONTEIRO, Saturnino, BATALHAS E COMBATES DA MARINHA PORTUGUESA – Volume VIII: 1808-1975, Livraria Sá da Costa, 1997.

¹¹ Só a 18 de Novembro de 1987 lhe é atribuída a Palma com que devia ter sido concedido o grau de Oficial da Ordem, visto que esta se fundamenta na prática de feitos heróicos em campanha militar. Era Presidente da República e Grão-Mestre das Ordens Honoríficas o Dr. Mário Soares. Diário da República – II Série nº. 266 de 18 de Novembro de 1987.

¹² O TCor Marcelino da Mata é Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada e detém 5 Cruzes de Guerra. É pai do “Pilão” José Mata (19770330), distinto advogado da nossa praça.

2. Não reconhecem aos organizadores do I Congresso dos Combatentes do Ultramar e, portanto, ao próprio Congresso, a necessária representatividade.

3. Não participando nos trabalhos do Congresso¹³, não admitem que, pela sua não participação, sejam definidas posições ou atitudes que possam ser imputadas à generalidade dos combatentes.

4. Por todas as razões formuladas se consideram e declaram totalmente alheios às conclusões do Congresso, independentemente do seu conteúdo e da sua expressão.

Subscvem o presente telegrama, em representação simbólica das quatro centenas de militares referidos, os dois militares que publicamente e por diversas vezes a Nação Portuguesa consagrou:

Capitão-Tenente Alberto Rebordão de Brito (oficial da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; medalha de Prata de Valor Militar com palma; Cruz de Guerra de 1.ª Classe.)

1º Sargento graduado em Alferes, Marcelino da Mata (cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; Cruz de Guerra de 1.ª Classe; Cruz de Guerra de 2.ª Classe.)¹⁴

O regime não veria com bons olhos esta ousadia de Rebordão de Brito que não se coibia de o enfrentar, olhos nos olhos. É de salientar que este telegrama é considerado a génese do Movimento dos Capitães¹⁵. A Revolução de 25 de Abril de 1974 surpreende-o de férias em Londres com a família. Na véspera da partida para Londres, a 21 de Abril, o General Spínola diz-lhe que quando regressasse haveriam de ter uma conversa sobre umas coisas que se estavam a passar... Não foi preciso. Regressa a Lisboa a 29 de Abril, e segue para a Guiné onde a actividade operacional estava suspensa. Mas a missão que o esperava não era mais fácil que combater. Cobia-lhe agora dizer aos seus homens, aos Fuzileiros Africanos, a quem tinha dado preparação e



Quadro descerrado no Hotel Atlântico (Monte Estoril) em 1999

formação e ao lado dos quais tinha combatido, que iria nascer uma nova Guiné, uma nova Marinha, que os iria receber no seu seio, que contava com eles. As ordens seriam essas mas, por sua lucidez e amor aos seus homens, não as cumpre. Deixa paíóis abertos, aconselha os seus fuzileiros africanos a saírem da Guiné, a irem para o Senegal. Muitos, a grande maioria, escutam o seu Comandante evitando o fuzilamento certo. Outros, crentes nas oportunidades que lhes seriam dadas na nova Guiné, encontram a morte por fuzilamento, tal como muitos comandos do Batalhão de Comandos Africanos. Rebordão de Brito choraria a morte dos seus camaradas que não conseguiu evitar. Anos mais tarde, com outros oficiais fuzileiros, consegue trazer para Portugal alguns dos seus Fuzileiros Africanos, inclusivamente providenciando-lhes emprego. Eram laços de camaradagem e de amizade que os ventos fortes da História não iam conseguir quebrar.

Regressou a Portugal trazendo consigo a Bandeira Nacional que estava hasteada no Palácio Governamental de Bolama. Não a quis deixar lá!

¹³ Os oficiais do quadro permanente foram proibidos pelo Ministro da Defesa Nacional, General Sá Viana Rebelo, de comparecer ao Congresso.

¹⁴ BERNARDO, Manuel Amaro, Guerra, Paz e... Fuzilamento dos Guerreiros; Guiné 1970-1980, Prefácio, Lisboa, 2007.

¹⁵ O Congresso decorreu entre 1 e 3 de Junho de 1973 e a publicação do Decreto-Lei n.º 353/73, que daria origem à entrada de milicianos nos quadros permanentes de oficiais do Exército, é de 13 de Julho de 1973.

Terminada a guerra, e regressado a Portugal, Rebordão de Brito viverá mais sobressaltos, nomeadamente pelo seu envolvimento no movimento de 11 de Março de 1975. Sente na pele a amarga experiência do exílio, primeiro no Brasil e depois em Espanha, e também o afastamento forçado da família.

Em Março de 1977, é um dos nove Fundadores da Associação de Fuzileiros, e esta há-de homenageá-lo dedicando-lhe a sua Marcha.

Em 1978 é reintegrado na Armada e colocado no Instituto de Socorros a Náufragos, terminando a sua carreira como Chefe do Serviço de Assistência nas Praias em 1985. Não voltaria, portanto, a desempenhar funções numa unidade de Fuzileiros, como seria natural dada a sua experiência, e eventualmente o seu desejo.

Faleceu precocemente a 23 de Novembro de 1994, com 52 anos de idade.

Em Junho de 1999, o Hotel Atlântico (Monte Estoril) descerrou um quadro com o retrato do Com. Rebordão de Brito na sua Galeria de Ilustres Figuras Militares, numa iniciativa que, no âmbito do Dia de Portugal, visava “cumprir em cada ano o dever de recordar, com a dignidade merecida, o esforço abnegado dos seus combatentes veteranos ou mortos”¹⁶.

Para além de inúmeros louvores individuais e colectivos, foi agraciado com as seguintes condecorações:

- Oficial, com Palma, da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (1972/1987);
- Medalha de Valor Militar, grau prata com Palma (1970);
- Cruz de Guerra de 1ª. Classe (1971);
- Medalha de Mérito Militar de 3ª. Classe (1972);
- Medalha Comemorativa das Campanhas das Forças Armadas Portuguesas com as legendas “Guiné 1967/72” e “Guiné 1972/74”;
- Distintivo especial da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (1987);
- Grã-Cruz de 1ª. Classe da Ordem de Santa Maria Magdalena da Polónia (1994).

Apesar todas estas distinções, Rebordão de Brito manteve sempre um espírito sereno e desprovido de vaidades, que no seu caso seriam justificadas e perdoáveis. Evitava protagonismos, e arranjava sempre alguém com quem partilhar os louros. Continuava a dar grandes lições.

Queremos acreditar que algumas destas nobres características que enformavam Alberto Rebordão de Brito tenham sido adquiridas na sua vivência juvenil nos Pupilos do Exército. Para usar a expressão naval: orgulhamo-nos deste “filho da escola”. 🇵🇹

EPÍLOGO



Capitão de Mar e Guerra Alberto Rebordão de Brito

A Liga dos Combatentes decidiu comemorar, a 13 de Maio passado, o Bicentenário da fundação da Ordem da Torre e Espada prestando homenagem e enaltecendo os portugueses que foram integrados nesta

ordem pelo seu Valor, a sua Lealdade e o seu Mérito. Assim, a Liga dos Combatentes atribuiu a todos os actuais elementos da Ordem da Torre e Espada o título de Membro Honorário da Liga dos Combatentes.

Esqueceu-se a Liga dos Combatentes daqueles que trocando as voltas à vida, a tinham já deixado, mas que, todavia, já se tinham “da lei da morte” libertado. Homens como o Comandante Rebordão de Brito, cuja acção na Guiné se tornou lendária, e que ainda hoje inspiram os jovens Fuzileiros portugueses, mereciam melhor tratamento da República.

Continua, portanto, com a maior das actualidades a célebre frase do Padre António Vieira:

“Se serviste a Pátria e ela te foi ingrata, tu fizeste o que devias, ela o que costuma”. 🇵🇹

Rui Santos Vargas
(19810132)

¹⁶ Pupilos distinguidos, Boletim da APE n.º 175, Janeiro/Março 2000.